

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.895 - RJ (2019/0297096-6)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA**
AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO : **FELIPE VIEIRA DA CUNHA E OUTRO(S) - RJ148197**
AGRAVADO : **AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC**

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pela **Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO**, desafiando decisão da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que não admitiu recurso especial com base nos seguintes fundamentos: *(I)* inexistência de contrariedade aos dispositivos de lei apontados como violados; *(II)* incidência do óbice da Súmula 7/STJ; e *(III)* o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência do STJ, o que atrai a vedação prevista na Súmula 83/STJ.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

Com efeito, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, a assentada inexistência de contrariedade aos dispositivos de lei, bem como a incidência do óbice previsto na Súmula 83/STJ. Nesse caso, caberia ao recorrente demonstrar que o entendimento jurisprudencial do STJ não está pacificado no mesmo sentido do acórdão recorrido. Nesse sentido: **AgRg no REsp 1.254.077/SP**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/11/2011.

Incide, desse modo, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*).

Convém ressaltar que a Corte Especial do STJ, na assentada de 19/9/2018, consolidou o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. Dessarte, não se admite a impugnação parcial do julgado (**EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp**

831.326/SP - - Rel. Min. João Otávio de Noronha - Rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão - Corte Especial - DJe 30/11/2018).

ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo. Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator